

A solução para um problema que não existia

O comércio, a indústria e os consumidores brasileiros estão às voltas com mais um desafio em seu dia a dia: adaptar-se ao novo modelo de plugues e tomadas que os órgãos do Governo tiraram da cartola

A partir de janeiro do ano que vem, os produtos eletroeletrônicos e os eletrodomésticos fabricados no Brasil ou importados pelo País só poderão ser vendidos com o novo padrão brasileiro de tomadas e plugues, que é diferente de tudo aquilo que se utiliza no mundo. Por seu impacto na vida das pessoas e das empresas, o assunto mereceu ser abordado na reunião mensal da Diretoria da CNC, apresentado pelo diretor Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos de São Paulo (SincoElétrico) – ver entrevista nas páginas 28 e 29.

Na prática, aparelhos como geladeira, máquina de lavar roupa e micro-ondas, que necessitam de incorporação do condutor-terra, terão de sair de fábrica com um novo modelo de plugue de três pinos redondos. O consumidor deverá trocar as tomadas ou recorrer a adaptadores. Mas não é só isso. A nova tomada terá dois tamanhos, de acordo com a amperagem, que é a quantidade de eletricidade que passa da instalação elétrica para o aparelho. As instalações elétricas da casa deverão prever os locais em que elas serão adequadas. Para um aparelho como micro-ondas, por exemplo, a tomada certa é a de diâmetro maior. Isso tudo significará mais transtorno e despesa extra.

“O consumidor, tradicionalmente, procura formas alternativas, de menor custo e simplificadas”, observa Antonio Florêncio de Queiroz Junior, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico, Eletrônicos e Eletrodomésticos do Município do Rio de Janeiro (Simerj). “Na busca de resolução rápida para o problema, poderá implementar adaptações inadequadas caso não encontre



A completa adaptação das residências ao novo padrão poderá levar até duas décadas

Tecnologia

JABUTICABA ELÉTRICA



MODELO BRASILEIRO
Usado em
1 único país



MODELO EUROPEU
Usado por 45%
da população
mundial em
104 países



MODELO AMERICANO
Usado por 12%
da população
mundial em
45 países



MODELO INGLÊS
Usado por 5,5%
da população
mundial em
41 países



MODELO INDIANÊS
Usado por 15%
da população
mundial em
39 países



MODELO AUSTRALIANO
Usado por 2%
da população
mundial em
15 países



MODELO UNIVERSAL
A grande vantagem
é que pode ser usado
em qualquer país
do mundo

Os padrões mais utilizados no mundo e a classificação da revista Veja para a invenção brasileira

compatibilidade de conexão. Isso nos causa preocupação, já que o objetivo da mudança de padrão para trazer mais segurança pode ser frustrado e instalar-se mais insegurança”, completou.

Queiroz Junior chama a atenção para a necessidade de fiscalização da qualidade desse tipo de dispositivo, o que deverá ser ainda mais difícil, a partir da regulamentação da chamada “lei dos sacoleiros”, que permite a entrada no País de produtos eletroeletrônicos procedentes do Paraguai. “Não havia necessidade desse novo padrão”, avalia o presidente do Simerj. “Poderia haver uma uniformização, que facilitasse o consumidor e trouxesse mais segurança, mas não da forma como está sendo exigido. Como a grande maioria das residências não possui aterramento, o terceiro pino acaba sem função”.

A segurança é justamente o principal motivo alegado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a mudança. Integrante do Conselho de Consumidores da Light, distribuidora de energia do Rio de Janeiro, Queiroz Junior entende

que a qualidade do fornecimento de energia é um fator fundamental nesse aspecto. “A qualidade do fornecimento de energia afeta o bem-estar da população, influencia diretamente na segurança e na vida útil dos equipamentos. O trinômio energia-equipamentos-instalações adequadas pode evitar acidentes, choques elétricos e incêndios”, disse.

Para o comércio, pelo menos neste primeiro momento, há mais pontos negativos que positivos, na avaliação de Queiroz Junior. “Os estabelecimentos comerciais terão de manter dois estoques, o que acarretará custo para os empresários. Além disso, os vendedores terão de ser treinados para contornar a resistência dos consumidores à exigência do novo padrão.”

Pelo planejamento da ABNT e do Inmetro, os terminais elétricos vendidos no País serão todos substituídos até julho de 2011. A venda de adaptadores deverá ser proibida dentro de três anos. No entanto, a completa adaptação das residências ao novo padrão poderá levar até duas décadas.

Transtornos para os consumidores

Há quatro anos o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos de São Paulo (SincoElétrico) e diretor da CNC, Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues, vem acompanhando o processo de implantação do novo padrão brasileiro de plugues e tomadas. E há quatro anos ele vem alertando para os potenciais transtornos que serão causados, principalmente aos consumidores, por essa medida que ele considera desnecessária

Como o setor do comércio de material elétrico e de eletrodomésticos vê o novo padrão de tomadas brasileiro?

Desde o começo nós tivemos muita preocupação com isso e nos posicionamos contra. Isso lá em 2005, quando essa questão começou a ser discutida.

Em que momento os comerciantes foram comunicados sobre o novo padrão?

Nós não fomos comunicados, na verdade nós descobrimos. A partir daí, começamos a questionar o Inmetro. Até porque a CNC era a única entidade superior que não tinha assento no Conmetro [Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial], colegiado do qual a CNC passou a fazer parte, graças à sensibilidade do presidente Antonio Oliveira Santos, que acolheu nosso pleito. Nós começamos a questionar essa adoção e, a partir daí, fomos convidados a comparecer ao que eles chamaram de painéis setoriais.

Como foi essa participação?

O novo padrão foi baseado em uma norma da IEC [Comissão Eletrotécnica Internacional, na sigla em inglês], que é uma entidade internacional de certificação, e transcrita pela ABNT. Uma norma de muitos anos, que os países que quiserem podem utilizar, mas sem

que seja compulsório. Em nenhum lugar do mundo é compulsório. A ABNT traduziu essa norma, e o Governo resolveu adotá-la como sendo o padrão brasileiro. A partir daí, saiu uma portaria do Inmetro criando o padrão brasileiro de plugues e tomadas. Mas, como houve um movimento contrário – inclusive nós nos posicionamos, como sindicato –, foram criados os tais painéis setoriais, cujo objetivo era apenas referendar aquilo que eles já tinham decidido.

A posição contrária do comércio foi justamente para evitar a confusão que poderá ser criada?

Primeiro, por uma confusão a ser criada desnecessariamente. Não há, na verdade, uma argumentação técnica consistente para se afirmar que esse padrão é melhor do que o anterior. Segundo, você está obrigando o consumidor a um gasto. Terceiro, cria-se um padrão que, em relação ao mundo, não tem similar, ele não serve para o resto do mundo e nada do mundo serve para ele. Em termos de mercado internacional, é pavoroso, principalmente em uma época de economia cada vez mais globalizada, integrada, em que as coisas têm de ir e vir com mais fluidez. E isso é, claramente, uma barreira técnica à importação de determinados produtos.



Para os lojistas, o que muda?

O comércio continua vendendo igual. Só vai causar um conflito de consumo. Por exemplo, o consumidor compra a tomada, chama o electricista para instalar e, na hora de usar, o plugue ou o pino não encaixa. Ele vai voltar para reclamar. O comércio, sendo o elo entre o consumidor final e a cadeia de produção, é que vai gerenciar esse conflito de consumo.

Haverá algum tipo de preparação por parte do comércio para o início das vendas?

Nós estamos alertando o comércio já faz tempo. O comércio está suficientemente alertado sobre isso. Quem não está é o consumidor. O consumidor é que vai comprar e vai achar que foi lesado, enganado, vai reclamar, querer trocar o produto.

O comerciante estaria preparado para evitar esse tipo de desencontro?

Sim, mas é inevitável. Um outro ponto: o consumidor compra uma máquina de lavar nova. Na hora de ligar na tomada, o pino novo não encaixa na tomada antiga. Ele, então, corta a ponta do fio, vai à loja e compra o modelo de pino antigo para poder encaixar. Só que aí ele perdeu a garantia do eletrodoméstico.

Além da garantia, a própria segurança poderia ser comprometida?

Exatamente. Se o propósito era a segurança, na verdade está sendo criada mais insegurança. Primeiro, porque vai haver a chamada gambiarra, ou seja, a pessoa vai cortar o fio e colocá-lo direto na tomada para ligar a máquina. Em segundo lugar, se for usado o adaptador, eu continuo a usar o padrão velho. Então, que aumento de segurança é esse, se estou usando um dispositivo que me remete para o padrão anterior que se diz inseguro? Na verdade, não era inseguro. O mundo industrializado usa padrões parecidos, e nós não podemos dizer que aqueles países tenham órgãos de segurança piores que o nosso.

Existe possibilidade de concentração na fabricação desses produtos?

Além dos equipamentos e ferramentas, a certificação é também um processo caro para a pequena indústria. Para as grandes, não. No nosso Centro de Qualidade, nós estávamos certificando sete indústrias; quatro já desistiram, foram fabricar outros tipos de produto. Para o comércio, não interessa ficar na mão de três, quatro grandes empresas. Precisamos ter também o produto popular, fabricado com segurança, mas com preços acessíveis. Uma medida como essa certamente terá reflexos na concorrência, podendo, sim, aumentar a fabricação de produtos não certificados, de baixa qualidade.